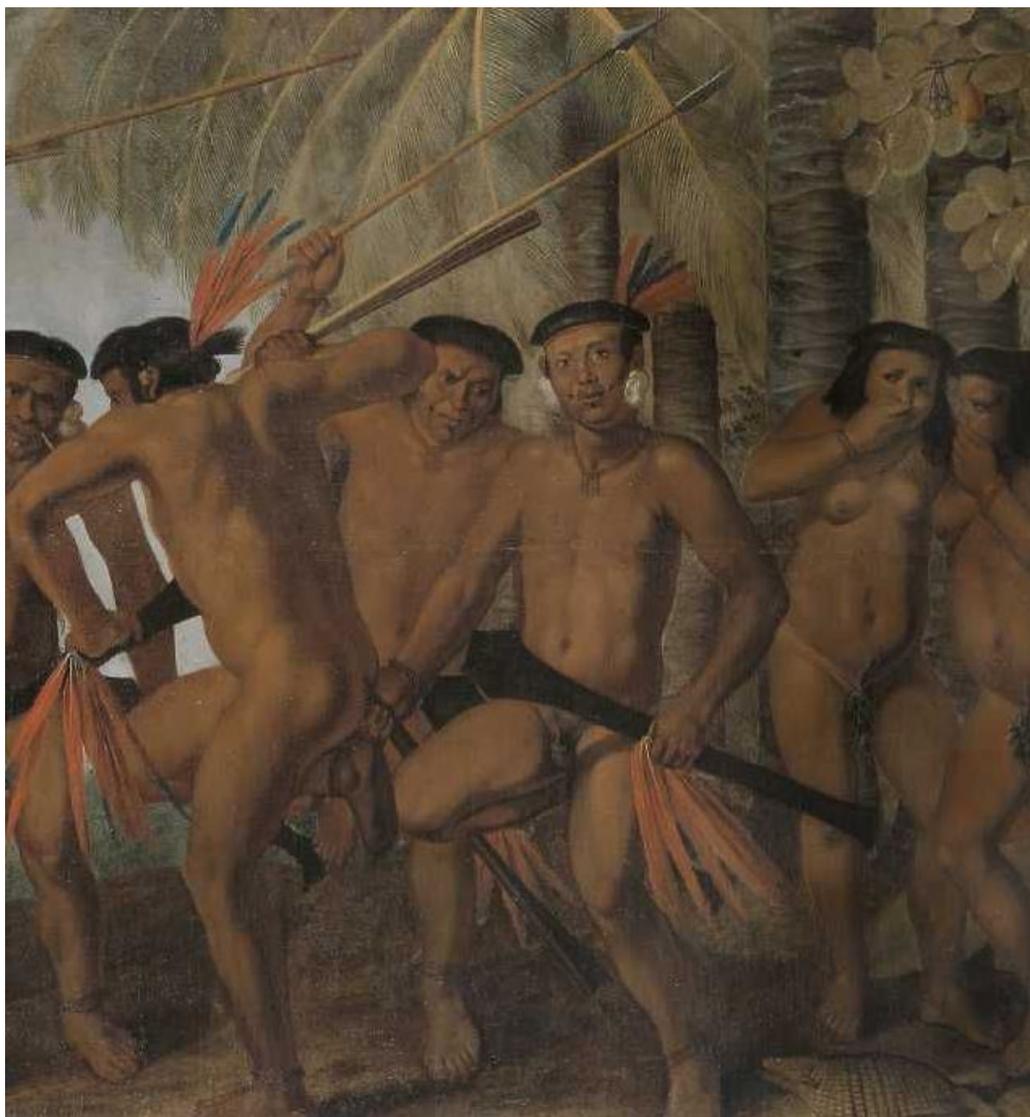


KITS DIDÁTICOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ENSINO

A Guerra dos Bárbaros - entre Tupis, Tapuias e Representações Portuguesas



ECKOUT, Albert. *Dança dos Tapuias*. Século 17. Óleo sobre tela. Disponível em: <https://samlinger.natmus.dk/es/asset/25636>.



KITS DIDÁTICOS
DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ENSINO

FRANCISCO DO NASCIMENTO COUTO - Nº USP: 3746619

FRANCISCO VIEIRA CANGUSSU JUNIOR - Nº USP 10804774

GABRIEL DE MARTIN TRUZZI - Nº USP: 4308894

LUCAS GUARNIERI SANT'ANNA - Nº USP: 11914323

VITÓRIA LOPES DA SILVA - Nº USP: 11770758

**Laboratório de Ensino e Material Didático - LEMAD
Departamento de História – FFLCH –USP
2022**

LISTA DE DOCUMENTOS

Documento 1: *Índio Tapuia, Índia Tupi, Índio Tupi e Índia Tapuia*, por Albert Eckhout (1641-1643).

Documento 2: SEUTTER, Georg Mattheus. ***Recens Elaborata Mapa Geographica Regni Brasiliae In América Meridionali Maxime Celebris Accurate Delineata***. Alemanha: Seutter, 1750. Gravação em metal aquarelada.

Documento 3: SOUSA, Gabriel Soares de. ***Tratado Descritivo do Brasil em 1587***. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

Documento 4: Fr. Antonio de Santa Maria de Jaboaão (1695-1779). ***Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da província do Brasil. Parte segunda, volume 1***. Lisboa 1761. Reimpressa pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1858. pp 11-12.

Documento 5: NIMUENDAJU , Curt. ***Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju / IBGE***. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; IBGE, 1981. Mapa colorido.

Documento 6: PUNTONI, Pedro Luís. ***A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720***. São Paulo: HUCITEC/EDUSP. Anexo.pág 300.

Documento 7.1: ALMEIDA, Eliene Amorim (Org.). ***Xucuru - Filhos da Mãe Natureza***. Olinda: Centro de cultura Luiz Freire, 1997, p. 17.

Documento 7.2: ALMEIDA, Eliene Amorim (Org.). ***Xucuru - Filhos da Mãe Natureza***. Olinda: Centro de cultura Luiz Freire, 1997, p. 23-24.

LEITURA DOS DOCUMENTOS

O presente Kit didático surgiu como ideia coletiva a partir dos encontros com textos e discussões na disciplina nos quais o grupo identificou uma importante lacuna na maior parte dos currículos da disciplina História ministrada no Ensino Básico do país, a saber, a ausência de luz à “Guerra dos Bárbaros”, principal conflito bélico entre colonizadores portugueses e diversas etnias indígenas na América portuguesa no século XVII.

Muito mais comum é que tais currículos do período Brasil-Colônia sejam abordados por uma perspectiva economicista (os ciclos econômicos, o modo de produção, as variações de preço de *commodities*- como o açúcar no XVII- no mercado europeu, etc). Ou ainda, até podem abordar conflitos sociais de caráter bélico, como as revoltas dos negros escravizados e a luta dos quilombos como o de Zumbi dos Palmares. Mas em geral as lutas indígenas em resistência aos interesses colonizadores é apagada, o que além de inverossímil, poderia ser prejudicial pedagogicamente se tais aulas de história apenas endossassem uma visão restritiva de todas as lutas sociais contra a colonização portuguesa durante aquele século. Junto a isto, deve ser considerada a ancestralidade indígena de uma parcela expressiva da população brasileira (consequentemente dos próprios alunos): tal ausência das aulas seria invisibilizar processos sociais que inegavelmente impactaram na construção das representações coletivas que o povo brasileiro criou para si. Isto seria endossar uma visão distorcida e paradoxal de que entre a população brasileira, onde a herança indígena é tão onipresente, ela acabaria esquecida e invisibilizada.

Sendo tema ainda invisibilizado, o acesso a fontes e pesquisas de referência se torna um problema operacional conforme identificado pelo grupo na confecção do Kit, que resolveu assumir como base o trabalho publicado do professor da USP Pedro Puntoni, fundamentado em sua própria tese de doutorado sobre aquele conflito bélico- indígena.

LEITURA DOS DOCUMENTOS

Sobre o Kit didático: primeiramente, o kit pretende contextualizar a “Guerra dos Bárbaros” a partir de um recorte temporal e espacial. Temporal, entre 1650- 1720. Espacial: sertão nordestino e caminhos que seguiam leitos de rios perenes; mas com algum destaque à região do hoje estado Rio Grande do Norte. Em um momento seguinte, há que problematizar no kit termos que serão essenciais para a compreensão do conflito, termos e conceitos associados ao conflito os quais seriam usados pelos portugueses, sendo o principal destes a dualidade entre os povos “tupi” (índios aliados aos portugueses) e “tapuias” (índios em guerra contra portugueses). Os demais aspectos do conflito também serão objeto de perguntas a serem respondidas pelo aluno a partir de análise de fontes diversas: mapas, figuras e textos.

O documento 1 é composto por quatro gravuras do holandês Albert Eckhout: *Índio Tapuia*, *Índia Tupi*, *Índio Tupi* e *Índia Tapuia*, os quais diferenciam os índios Tupi (quadros superior direito e inferior esquerdo) e Tapuia (quadros superior esquerdo e inferior direito), homens e mulheres. Nesta representação, os tupi estão inseridos em um contexto mais “civilizado”, com vestimentas, estruturas, barcos, pessoas visíveis ao fundo e culturas alimentícias da mandioca e banana, já a representação tapuia é mais “bárbara”, os indivíduos não tem sem nenhuma vestimenta, em um ambiente selvagem, com aspectos canibalescos.

O documento 2 é composto pelo mapa *Recens Elaborata Mapa Geographica Regni Brasiliae In América Meridionali Maxime Celebris Accurate Delineata* de 1750, de Georg Mattheus Seutter, que delimita diversos os territórios brasileiros, entre as divisões de capitanias junto à costa, com nomeação de cidades, rios e povos indígenas, e um território central grande marcando um território bárbaro, contando com uma geografia básica e apenas a marcação de povos indígenas que existiriam dentro do território.

LEITURA DOS DOCUMENTOS

O documento 3 se trata de um trecho da obra de Gabriel Soares de Sousa sobre características do território brasileiro chamada *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Nessa parte o autor apresenta a narrativa pré-cabralina da posse do litoral da Bahia pelos povos indígenas de acordo com o pensamento português do período. Nela são introduzidos os povos tapuia e dois povos do grupo linguístico tupi. Além disso, também está presente uma passagem em que o autor descreve os Tapuias e o motivo que levou à perda de seu território original.

O documento 4 é uma crônica de 1761 escrita pelo Frade Antônio de Santa Maria de Jabotão. Descreve como os povos indígenas são definidos de acordo com o olhar colonial português do século XVIII. Ele apresenta uma divisão entre o “gentio manso” e o “gentio bravo”. O “gentio manso” é descrito como um povo domesticado e ligado a um modo de vida mais republicano, sendo subdividido em algumas etnias, enquanto os “bravos” são descritos como intratáveis e são generalizados pelo termo Tapuya. Sua leitura é pertinente, pois permite aos alunos conhecerem o contexto, pelo viés português, da disposição indígena e como se concebeu a ideia do binômio Tupi e Tapuia. Desconstruir essa ideia presente no documento será um dos objetivos finais do kit didático.

O documento 5 é uma parte selecionada do *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*, dando destaque para a área onde se desenvolveram os conflitos da Guerra dos Bárbaros, assim, a partir de uma representação mais atualizada da regionalização indígena brasileira, é possível estabelecer uma reflexão sobre a forma de representação dos indígenas em comparação com o mapa de 1750, também utilizado como documento no kit.

O documento 6 *Assunto das pazes com os janduí*s de 1692 é um trecho do tratado de paz estabelecido entre portugueses e a tribo Janduí. Ele apresenta como os Janduí tomaram a iniciativa para negociar a paz com os portugueses após anos de conflito, utilizando-se de uma comitiva que representava o “rei”. O documento também detalha dez pontos que devem ser cumpridos por portugueses e Janduí. O documento nos permite observar uma agência indígena na negociação, mas ao mesmo tempo revela a forma com que os portugueses buscaram integrar a tribo no sistema colonial.

LEITURA DOS DOCUMENTOS

Os documentos 7.1 e 7.2 são compostos de trechos retirados do livro “*Xucuru - Filhos da Mãe Natureza*” apresentam a visão indígena dos conflitos, reforçando a união entre os grupos para a resistência, além disso, o último trecho traz uma situação mais atual, também marcada pela reunião de grupos em prol da manutenção de seus direitos, material importante para a reflexão do papel político indígena.

PROPOSTA DIDÁTICA

Documento 1:

- 1) Quem é o autor dessas obras e por que estava no Brasil ?
- 2) Quais personagens estão representados ?
- 3) Aponte diferenças entre as pessoas representadas.
- 4) Na sua opinião essa pintura é uma representação verídica da realidade ?

Documento 2:

- 1) Quando foi feito o mapa de Georg Mattheus Seutter?
- 2) Qual parte do mundo está sendo representada?
- 3) O que as subdivisões coloridas no mapa estão marcando?
- 4) Qual informação sobre a maior região em destaque no mapa pode indicar?

Documento 3:

- 1) Segundo o relato, quais seriam os povos originais da Bahia?
- 2) Quais os outros dois grupos citados? Existe uma relação entre eles ?
- 3) Onde se posicionam esses grupos no mapa do Documento 2 ?
- 4) Segundo o autor, por qual motivo os Tapuias perderam suas terras?

Documento 4:

- 1) Leia o documento e responda:
 - a) Quem é o autor?
 - b) Qual a data do documento?
 - c) Qual é o gênero textual?
- 2) De acordo com a leitura do texto e as imagens do documento 1, responda:
 - a) Quem é o “gentio manso”?
 - b) Quem é o “gentio bravo”?
- 3)
 - a) Quais características são atribuídas ao “gentio manso”?
 - b) Quais características são atribuídas aos Tapuias?
- 4) O que os termos “domesticar”, “tratar” e “naçoens” significam?

Documento 5:

- 1) Analise o mapa e responda:
 - a) Como o mapa é dividido?
 - b) Identifique no mapa os grupos já citados em outras fontes.
 - c) Compare o Documento 5 com o documento 2, quais as diferenças entre as representações dos grupos indígenas nos dois mapas?
 - d) O que as duas formas de representação simbolizam?

PROPOSTA DIDÁTICA

Documento 6:

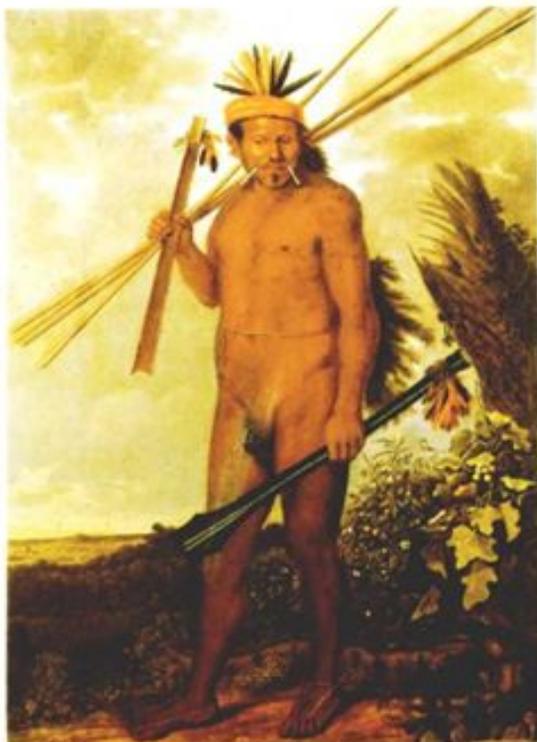
- 1) Leia o Documento e responda:
 - a) Quando ocorreu a negociação?
 - b) Quem são as pessoas envolvidas na negociação?
 - c) Quem representa os indígenas e quem representa os portugueses?
- 2) Quem buscou iniciar as negociações? É possível identificar o motivo?
- 3) Ao ler o tratado, você identifica mudanças nas relações entre os Janduís e Portugal? Quais?
- 4) De acordo com o tratado, quais deveres os Janduís devem assumir?
- 5) De acordo com o tratado, quais deveres os portugueses devem assumir?
- 6) De acordo com os documentos anteriores, os Janduís eram considerados pelos portugueses como Tapuias? Justifique sua resposta

Documento 7.1 e Documento 7.2:

As fontes apresentadas são originadas do livro “Xucuru filhos da natureza” onde indígenas contam a história de seu grupo, com base nos trechos responda:

- 1) Sobre o primeiro trecho, responda:
 - a) Por que as terras indígenas foram invadidas? Quem são os envolvidos no conflito descrito no primeiro trecho?
 - b) Houve reação por parte dos indígenas? Se sim, como ocorreu?
 - c) Qual a visão dos indígenas sobre o acordo?
- 2) Sobre o segundo trecho, responda:
 - a) Quais são as partes envolvidas?
 - b) Há alguma semelhança entre os acontecimentos do primeiro trecho, se sim, quais?
 - c) Os dois conflitos terminaram da mesma forma? Existe algum elemento que tornou os desfechos diferentes?
- 3) O livro dos Xucuru apresenta uma narrativa acerca da Guerra dos Bárbaros. Após sua leitura e a leitura do Documento 6, responda:
 - a) Qual ponto do tratado a narrativa dos Xucuru faz referência?
 - b) Comente o que ocorreu após o tratado, baseando-se no documento 7.1 e 7.2.

DOCUMENTO 1



Índio Tapuia, Índia Tupi, Índio Tupi e Índia Tapuia, por Albert Eckhout (1641-1643)

DOCUMENTO 2



SEUTTER, Georg Mattheus. *Recens Elaborata Mapa Geographica Regni Brasiliae In América Meridionali Maxime Celebris Accurate Delineata*. Alemanha: Seutter, 1750. Gravação em metal aquarelada.

DOCUMENTO 3

“Os primeiros povoadores que viveram na Bahia do Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se tem tomado dos índios muito antigos, foram os Tapuias, que é uma casta de gentio muito antigo, de quem diremos ao diante em seu lugar. Estes Tapuias foram lançados fora da terra da Bahia e da vizinhança do mar d’ella, por outro gentio seu contrario, que desceu do sertão, á fama da fartura da terra e mar d’esta provincia, que se chamam Tupinaês, e fizeram guerra um gentio a outro tanto tempo quanto gastou para os Tupinaês vencerem e desbaratarem aos Tapuias, e lh’os fazerem despejar a ribeira do mar, e irem-se para o sertão, sem poderem tornar a possuir mais esta terra de que eram senhores, a qual os Tupinaês possuíram e senhorearam muitos annos, tendo guerra ordinariamente pela banda do sertão com os Tapuias, primeiros possuidores das faldas do mar; e chegando á noticia dos Tupinambás a grossura e fertilidade d’esta terra, se ajuntaram e vieram d’além do rio de S. Francisco descendo sobre a terra da Bahia, que vinham senhoreando , fazendo guerra aos Tupinaês que a possuíam , destruindo-lhe suas aldêas e roças, matando aos que lhe faziam rosto, sem perdoarem a ninguém, até que os lançaram fora das vizinhanças do mar; os quaes se foram para o sertão e despejaram a terra aos Tupinambás , que a ficaram senhoreando. E estas Tupinaês se foram pôr em frontaria com os Tapuias seus contrários, aos quaes faziam crua guerra com força, da qual os faziam recuar pela terra dentro , por se afastarem dos Tupinambás que os apertavam da banda do mar, de que estavam senhores, e assim foram possuidores desta provincia da Bahia muitos annos, fazendo guerra a seus contrários com muito esforço, até á vinda dos Portuguezes a ella: dos quaes Tupinambás e tupinaês se tem tomado esta informação, em cuja memória andam estas historias de geração em geração.” (p. 305-306)

“Atraz fita dito como foram lançados os Tapuias da Bahia e seu limite pelos Tupinaês, os quaes se foram recolhendo para o sertão por espaço de tempo, onde atégora vivem divididos era bandos, não se acomodando uns com os outros, antes tem cada dia differenças e brigas, e se matam muitas vezes em campo ; por onde se diminuem em poder, para não poderem resistir a seus contrários com as forças necessárias; por se fiarem muito era seu esforço e animo, não entendendo o que está tão entendido, que o esforço dos poucos não pode resistir ao poder dos muitos.” (p. 349)

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

DOCUMENTO 4

12. Supposto damos nesta *Estancia*, o primeiro lugar á nação dos Tapuyas, isto se deve entender, em razão de começarmos a correr a Córta do Brasil do Norte para o Sul, e darmos principio por aquella parte, que elles occupavaõ, e por isso lhes coube o primeiro lugar, naõ porque elles o tivessem entre as mais naçoens. Para intelligencia do que pomos aqui a sua divizaõ, com a preeminencia, que logravaõ entre si huns aos outros. Tudo o que era gente do Brasil, dividia a melhor opiniaõ em duas partes, em Genticos bravos, e em Indios mansos. Mansos chamavaõ a todos aquelles, que com algum modo de Republica (ainda que tosca) eraõ mais trataveis, e se domesticavaõ melhor: Bravos, pelo contrario, eraõ aquelles, que viviaõ sem modo algum de Republica, intrataveis, e que com difficuldade se deixavaõ instruir, e domesticar. A este genero se reduziaõ todos os que deixamos dito se chamavaõ Tapuyas, e se dividiaõ na multidaõ de especies, que ficaõ referidas. Do genero dos mansos se fazia tambem alguma divizaõ em suas especies, e vinhaõ a ser em todas aquellas naçoens, que fallavaõ a mesma lingua commua, como eraõ Tobayarás, Tupynambaz, Tupynamquiz, Potygoarés, Tamoyos, Carijós, e outros quaesquer da propria linguagem. E esta differença de nomes, que tinhaõ, as tomavaõ elles, ou do lugar que escolhiaõ para habita-

12

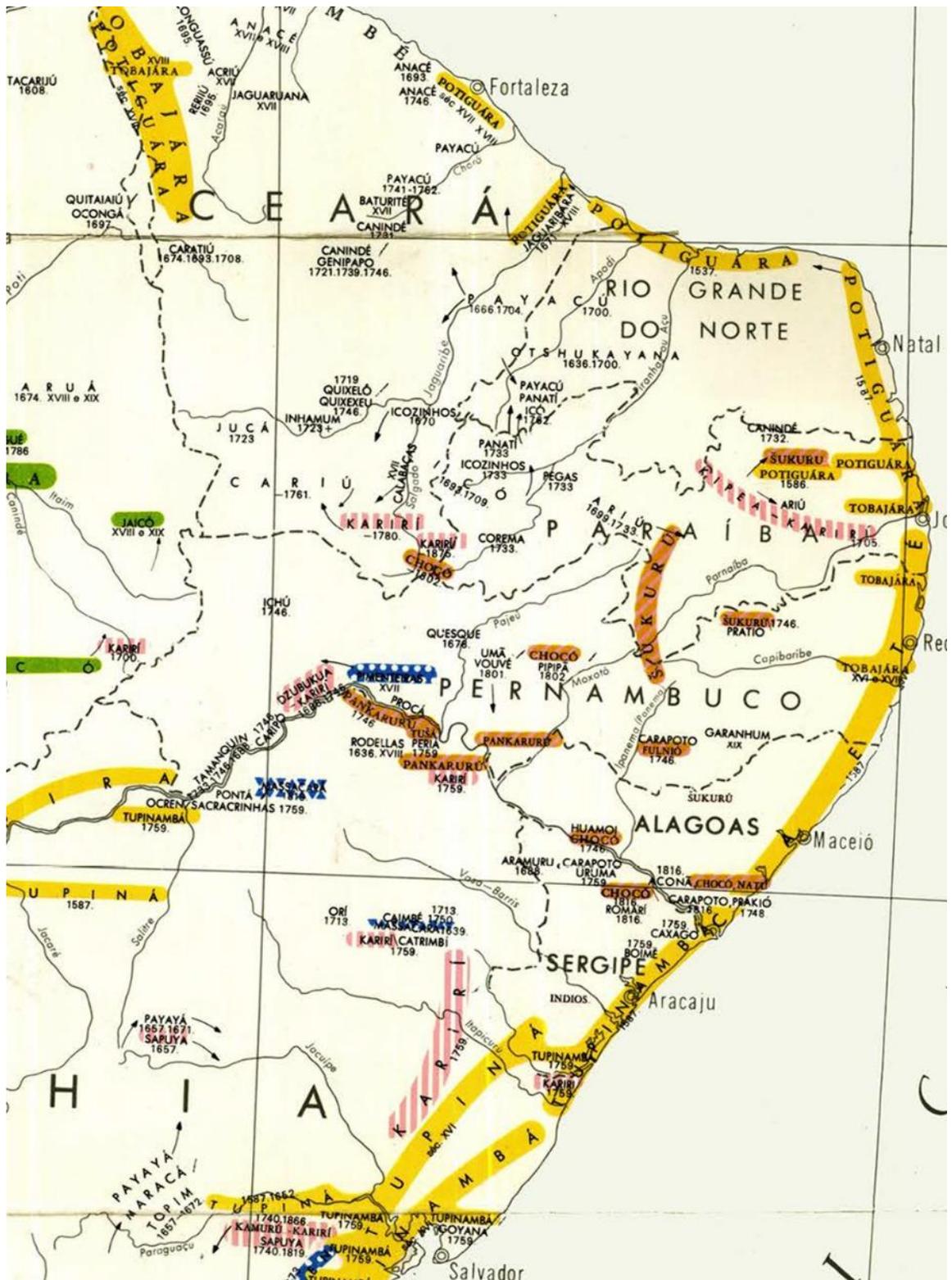
rem, ou do primeiro, e principal, em quem começou a sua divisaõ. Costume antigo dos primeiros Povo-

DOCUMENTO 4

Transcrição: “Supposto damos nesta Estancia, o primeiro lugar á nação dos Tapuyas, isto se deve entender, em razão de começarmos a correr a Córta do Brasil do Norte para o Sul, e darmos principio por aquella parte, que elles occupavaõ, e por isso lhes coube o primeiro lugar, naõ porque elles o tivessem entre as mais naçoens. Para intelligencia do que pomos aqui a sua divizaõ com a preeminencia, que logravaõ entre si uns aos outros. Tudo o que era gente do Brasil, dividia a melhor opinião em duas partes, em Gentio bravo, e em Indios mansos. Mansos chamavão a todos aquelles, que com algum modo de Republica (ainda que tosca) eraõ mais trataveis, e se domesticavaõ melhor: Bravos, pelo contrario, eraõ aquelles, que viviaõ sem modo algum de Republica, intrataveis, e que com difficuldade se deixavaõ instruir, e domesticar. A este genero se reduziaõ todos os que deixamos dito se chamavaõ Tapuyas, e se dividinõ na multidaõ de especies, que ficaõ referidas. Do genero dos mansos se fazia tambem alguma divizaõ em suas especies, e vinhaõ a ser em todas aquellas naçoens, que falavaõ a mesma lingua commua, como eraõ Tobayarás, Tupynambaz, Tupynamquiz, Potygoarés, Tamoyos, Carijós, e outros quaesquer da propria linguagem. E esta differença de nomes, que tinhaõ, as tomavaõ elles, on do lugar que escolhiaõ para habitarem, ou do primeiro, e principal, em quem começou a sua divisaõ.”

Fr. Antonio de Santa Maria de Jaboaão (1695-1779). ***Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil. Parte segunda, volume 1.*** Lisboa 1761. Reimpressa pelo Instituto Histórico Geográfico Btasileiro em 1858. pp 11-12

DOCUMENTO 5



NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju* / IBGE. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; IBGE, 1981. Mapa colorido.

DOCUMENTO 6

Em os cinco de abril deste referente ano, chegaram a esta cidade da Bahia José de Abreu Vidal, tio do Canindé, rei dos janduí. maioral de três aldeias sujeitas ao mesmo rei. e Miguel Pereira Guajiru Pequeno, maioral de três aldeias- sujeitas também ao mesmo Canindé, e com eles o capitão João Pais Florião, português, em nome de seu sogro putativo, chamado Nbangujé, maioral da aldeia Sucuru da mesma nação jandui e cunhado recíproco do dito rei Canindé. a cuja obediência e poder objetivo está sujeita toda a nação jandui. difundida com vinte e duas aldeias, sitas no sertão que cobre a capitania de Pernambuco, Itamaracá. Paraíba e Rio Grande, em que há treze para quatorze mil almas e cinco mil homens de arco, destros nas armas de fogo.

E vindo estes maiorais nomeados com mais quinze índios e índias que os acompanhavam a presença do senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, do Conselho d'el-rei nosso senhor, comendador das comendas de São Miguel de Bobadela, Santiago de Benfé, São Salvador de Maiorca, almotacé-mor do Reino e governador-geral e capitão-general do Estado do Brasil, lhe representou o principal José de Abreu Vidal, em língua portuguesa não bem falada, e pelo capitão João Pais Elorião, seu intérprete, que eles vinham de trezentas e oitenta léguas a pedir e estabelecer com o dito senhor, em nome do rei dos janduí, Canindé, uma paz perpétua para viver essa nação e a portuguesa como amigos. E mandados levarem para depois se conferirem as condições da proposta de paz cinco dias, a trouxeram vocalmente as proposições seguintes, de modo que mandamos proferir na sua língua e explicaram-nas nossos intérpretes.

Primeiramente. Que o dito rei Canindé e os três maiorais, José de Abreu Vidal, Miguel Pereira Guajiru Pequeno e Nbangujé, com seu nome, reconhecem ao senhor rei de Portugal, dom Pedro, Nosso Senhor, por seu rei natural e senhor de todo o Brasil e todos territórios que as ditas 22 aldeias ocupavam; e lhe prometem agir como submissos vassallos com obediência para sempre, e aos mais senhores que lhe mandava a coroa de Portugal; e o dito rei Canindé, e os outros maiorais, e todos os mais desta nação prometem e juram, em nome de todos os seus

DOCUMENTO 6

descendentes, a tal obediência, vassalagem e sujeição a suas leis, como a seu rei e senhor;

2. Que o dito senhor rei d. Pedro, e seus sucessores, sejam obrigados a guardar-lhe e fazer-lhe guardar por seus governadores e capitães-generais a liberdade natural em que nasceram e com que pelo direito das gentes devem ser mantidos, como os mais vassallos portugueses; e do mesmo modo a liberdade de suas aldeias; e que nenhuma em tempo algum possa ser pessoa alguma de qualquer sexo, maior ou menor, da nação jandui, escrava nem vendida por qualquer título, motivo ou ocasião que seja passada, presente ou futura.

4. Que o dito rei Canindé e os ditos maiores e todos os mais principais das outras ladeiras se obrigam a guardar toda a fidelidade ao senhor rei de Portugal e sucessores de sua coroa, como os mais vassallos. E que sendo caso que alguma armada inimiga venha invadir essa praça da Bahia ou a de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba ou Rio Grande, porão em defesa dos portugueses cinco mil homens de armas, todas a ordem do senhor governador e capitão-general que for deste estado, para com aviso seu marcharem a qualquer hora e tempo àquela praça a que ele os mandar; e para esse efeito estarão sempre bem prevenidos de frecharia e arcos.

5. Que do mesmo modo se obrigam a fazer guerra a todos os gentios de qualquer nação que seja a quem os portugueses a fizerem por ordem do governador do Estado; e prometem , ser amigos das nações de que os portugueses o forem; e inimigo das contrárias à nação dos portugueses; o que também guardaram reciprocamente os governadores-gerais, mandando os ajudar contra seus inimigos por ser benefício dos portugueses.

6. Que também se obrigam a que aparecendo nos serros das terras que possuem alguma mina ou minas de ouro, prata, ferro, preciosas, ou de outra qualquer outra espécie, ou notícia de as haver, darão logo conta ao governador e capitão-general do Estado com as amostras do que acharem.

DOCUMENTO 6

7. Que todos os currais que estavam na capitania do Rio Grande nas terras que eles possuíam ate o tempo da guerra, ele e os ditos principais, são contentes que se tornem a povoar. Mas que sem embargo de os senhores governadores-gerais deste Estado terem dado várias sesmarias a diversas pessoas ate o tempo da guerra; declaram que sempre ficarão reservadas, para o sustento e conservação de cada aldeia dos janduí, por serem muito populosas e as terras muito largas, dez léguas de terra de cada banda, ainda que nelas entrem as ditas sesmarias concedidas até o presente; e as que daqui por diante se concederem, levarão a cláusula e condição para não prejudicarem a dita terra reservada a cada aldeia; para que sem terem dúvidas se conservem pacificamente as aldeias e tenham em que plantar seus mantimentos para o sustento de suas famílias. E que também lhe serão livres, nos rios e praias, as pescarias que costumavam fazer.

8. Que nenhum governador, capitão-mor, nem justiças lhes poderão fazer violência alguma, antes os conservarem sempre na sua liberdade; e nesta paz e quietação com que pretendem viver. Mas que sendo necessário aos moradores daquelas partes alguns índios janduí para suas lavouras, currais, pescarias ou engenhos, os pedirão a quem governar a aldeia pagando-lhe seu trabalho, conforme e uso e costume naquelas partes, assim e da maneira que o faziam antes da guerra. E que sendo caso que o tal morador lhe não queria pagar, o capitão-mor e justiças lhes farão pagar pontualmente com efeico, o que tiverem merecido.

9. Que também se obrigam a que sendo necessário para reedificação da fortaleza do Rio Grande alguns índios das aldeias dos janduí, lhe dêem os principais aquele número de índios que o capitão-mor lhes pedir alternativamente, por ser serviço d'el-rei o tempo que servirem. Mas não lhe poderão os capitães-mores fazer vexação alguma.

DOCUMENTO 6

10. E sobretudo que nenhum governador ou cabo dos paulistas os possa perturbar, inquietar, nem fazer guerra, e deles seja livre e isenta geralmente toda a nação dos janduís, com as mais eficazes penas que ao senhor governador e capitão-mor parecer, para que vivam contentes e estejam prontos para o serviço d'el-rei nosso senhor.

Assunto das pazes com os janduís, 10/4/1692. In:PUNTONI, Pedro Luís. ***A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720***. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP. Anexo.pág 300.

DOCUMENTO 7.1

A Igreja Católica Apostólica e Romana foi uma das responsáveis por facilitar a invasão portuguesa nas terras indígenas. Os padres oratorianos fundaram a missão de Orubá em 1661, com o objetivo de catequizar (amansar) os índios e com isso foram beneficiados com terras, chegando a possuírem fazendas de gado, escravizando os índios.

Os índios que eram livres, não aceitaram a vida escrava e a invasão de suas terras e se rebelaram. Os índios resistiram e formaram um movimento onde participaram os Xucuru e Paratió, juntamente com outros povos do Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Bahia. Esse movimento aconteceu no Sertão e ficou conhecido como Confederação do Cariri é chamada pelos portugueses de “Guerra dos Bárbaros” durando de 1692 a 1696. Para combater os índios rebelados o Governador do Pernambuco chamou o famoso bandeirante caçador de índio Domingos Jorge Velho que tinha vindo combater o Quilombo do Palmares.

O movimento indígena foi liderado por Janduim e Canindé. A luta durou muito tempo sem vencedores, Canindé foi preso em um combate contra os portugueses. Cansados de tantas mortes e lutas, os próprios indígenas fizeram a proposta de um acordo: Canindé seria solto, os índios aceitariam o batismo católico e cederiam 5 mil guerreiros para o exército português, acabando assim com a guerras. Depois o acordo foi desfeito pelos brancos e muitas aldeias que participaram do movimento foram perseguidas e destruídas.

ALMEIDA, Eliene Amorim (Org.). *Xucuru - Filhos da Mãe Natureza*. Olinda: Centro de cultura Luiz Freire, 1997, p. 17.

DOCUMENTO 7.2

Em 1987 e 1988 os Xucuru participaram de várias mobilizações e treinamentos onde os índios ensaiavam como debater e pressionar a Assembleia Constituinte para assegurar os nossos direitos. Um marco importante foi quando os índios no Nordeste, principalmente os Xucuru, estavam no Congresso e na ocasião os índios Amazônicos foram barrados na entrada e os Xucuru bravamente tomaram a frente e a partir daí lideraram o movimento e adquiriram o respeito dos demais índios. No momento, todos os índios do Brasil estavam organizados para derrubar o Projeto de Lei criado por Bernardo Cabral que prejudicava totalmente os índios, e favorecia o Governo e os latifundiários.

Nessa luta saímos vitoriosos pois derrubamos este projeto de lei e o inciso 5 do artigo 26 da Constituição Federal que repassa para todos os estados e municípios as terras dos extintos aldeamentos e conseguimos aprovar os artigos 231 e 232 que asseguram nossos direitos.

ALMEIDA, Eliene Amorim (Org.). *Xucuru - Filhos da Mãe Natureza*. Olinda: Centro de cultura Luiz Freire, 1997, p. 23-24.